

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO NPU: 4104-33.2013.8.17.0001**

**CÍVEL Nº 316005-8**

**EMBARGANTE: FACHESF - FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL**

**EMBARGADO: TEÓFANES RODRIGUES GALVÃO**

**RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO DO ACÓRDÃO QUANTO AO PERCENTUAL DE JUROS MORATÓRIOS. VÍCIO SANADO DE OFÍCIO. RECURSO REJEITADO.

I – Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da matéria decidida, devendo esta ser impugnada mediante espécie recursal própria.

II – A embargante não logrou apontar nenhuma obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada no acórdão recorrido.

III – Os embargos de declaração constituem modalidade recursal cabível para sanar obscuridade, contradição ou omissão no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, não se prestando para revisitar matéria já decidida. Nesse sentido: EDcl nos EDcl no AgRg na Rcl 12.713/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 04/04/2014; EDcl no AgRg no Ag 1236776/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 04/04/2014; STJ, 4ª T., EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 762769/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, j. 15/03/2012, in DJe 23/03/2012.

IV- É de se salientar que os julgados colacionados tem como objetivo fundamentar a condenação ao pagamento de danos morais, não podendo, assim, o julgador ser compelido a fixar o valor nela constante, pois, como de sabença trivial, o dano moral é fixado mediante a análise do caso concreto, não se tratando, pois, de mera reprodução da jurisprudência.

V- Há, porém, que se atentar que o acórdão guerreado silencia quanto à alteração do termo inicial para incidência de juros moratórios, o que deve ser corrigido, de ofício, a fim de se evitar qualquer dúvida na fase de cumprimento da decisão.

V – Embargos de declaração rejeitados, e de ofício, é de se reparar a omissão do acórdão impugnado acerca da incidência dos juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação.

*B. B.*

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração na Apelação nº 316005-8, em que figuram, como parte Embargante, FACHESF - FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL e, como parte Embargada, TEÓFANES RODRIGUES GALVÃO, acordam os desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, em REJEITAR o presente recurso, e de ofício, reparar o vício existente no acórdão embargado, a fim de que passe a ter a seguinte redação: "Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº. 0316005-8, em que figura, como Apelante, FACHESF - FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL e, como Apelado, TEÓFANES RODRIGUES GALVÃO, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto, e de ofício, fixar a incidência dos juros de mora de 1% a partir da citação.

Recife,

29 - 12 - 2014



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



232  
106

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO** NPU: 4104-33.2013.8.17.0001  
**CÍVEL Nº 316005-8**

**EMBARGANTE:** FACHESF - FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL

**EMBARGADO:** TEÓFANES RODRIGUES GALVÃO

**RELATOR:** DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL – FACHESF, em face do acórdão de fl. 205, proferido por esta Egrégia 3ª Câmara Cível, que à unanimidade de votos, rejeitou a preliminar de nulidade do processo por cerceamento de defesa, e no mérito, negou provimento ao recurso de apelação por ela interposto, mantendo íntegra a sentença, que a condenou a arcar com as despesas do procedimento cirúrgico para implante de “prótese peniana inflável, 3 volumes, 700CX – A.M.S., com plástica de corpo cavernoso” (sic), bem como ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Em suas razões recursais (fls. 219/221), a Embargante alega, em síntese apertada, que o acórdão embargado fundamenta-se em precedentes jurisprudenciais que fixam em R\$5.000,00(cinco mil reais) o montante da reparação por dano moral e, contraditoriamente, mantém o valor arbitrado em sentença no patamar de R\$10.000,00(dez mil reais).

Ao final, pugna pelo conhecimento e acolhimento do presente recurso, para fins de sanar a contradição apontada, reduzindo-se o valor arbitrado a título de indenização por dano moral de R\$10.000,00 (dez mil reais) para, no máximo, R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para julgamento.

É o breve relatório.

Recife, 28 - 1 - 2014

**Desembargador Bartolomeu Bueno**

**Relator**

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO** NPU: 4104-33.2013.8.17.0001

**CÍVEL Nº 316005-8**

**EMBARGANTE:** FACHESF - FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL

**EMBARGADO:** TEÓFANES RODRIGUES GALVÃO

**RELATOR:** DESEMBARAGDOR BARTOLOMEU BUENO

**VOTO DO RELATOR**

Sabe-se que, nos precisos termos do Art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração constituem modalidade recursal cabível para sanar obscuridade, contradição (inciso I), ou omissão (inciso II) no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, cabendo à parte recorrente apontar na petição do recurso o ponto obscuro, omissivo ou contraditório (art. 536, CPC) que merece ser sanado.

Ocorre que, consoante se observa das razões recursais, a parte Embargante não se desincumbiu de tal ônus, vez que não logrou apontar nenhuma obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada, limitando-se apenas a alegar que para fundamentar o voto condutor e o acórdão impugnado foi colacionada jurisprudência que fixa em R\$5.000,00 (cinco mil reais) o montante da reparação por dano moral, entretanto, contraditoriamente, foi mantido o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), arbitrado em sentença.

Ora, o entendimento jurisprudencial colacionado tem como objetivo precípuo fundamentar a condenação ao pagamento de danos morais, não podendo, assim, o julgador ser compelido a fixar o valor nela constante. Como de sabença trivial, o dano moral é fixado mediante a análise do caso concreto, não se tratando de mera reprodução da jurisprudência.

Conforme asseverado no voto condutor, o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) não se mostrou desarrazoado, sobretudo considerando a extensão do dano e as variáveis do caso concreto, atendendo, inclusive, satisfatoriamente, a função educativo-punitiva da indenização, sem causar enriquecimento indevido em favor do Autor, ora Agravado, além de se encontrar dentro da capacidade econômica da parte Ré.

É evidente, pois, o inconformismo da parte Embargante, pois a pretexto de sanar vício de intelecção do julgado, aponta suposto erro de julgamento para modificá-lo

*B. B.*

e afastar o entendimento já apreciado, olvidando-se que deve se valer das vias recursais cabíveis, e não opor aclaratórios, cuja natureza é, por essência, integrativa.

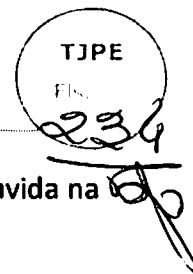
A propósito, convém registrar que o C. STJ tem entendido que se mostra imprópria a via aclaratória para se buscar a reforma do julgado. Nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. REPRODUÇÃO. ALEGAÇÕES MANEJADAS. PRIMEIROS EMBARGOS. FINALIDADE. INDICAÇÃO. OMISSÃO.ACÓRDÃO. JULGAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. CONFIGURAÇÃO. CARÁTER PROTETATÓRIO. COMINAÇÃO. MULTA.1. Os embargos de declaração não são a via processual adequada para compelir o mesmo órgão judicante a reexaminar a causa julgada por si em momento anterior, vez que, sendo de fundamentação vinculada, destinam-se apenas ao saneamento de omissão, obscuridade, contradição e erro material.2. Configura-se a preclusão do direito de recorrer no caso de segundos embargos de declaração que reiteram as razões de embargos anteriores ou que indicam o mesmo vício processual no acórdão impugnado pelos primeiros aclaratórios.3. A oposição sucessiva de embargos de declaração para rediscutir questão enfrentada e repelida pelo Tribunal dá azo à configuração de caráter protetatório a ensejar a cominação da sanção processual do art. 538, parágrafo único, do CPC.4. Embargos de declaração não conhecidos, com a cominação de multa de um por cento sobre o valor da causa.(EDcl nos EDcl no AgRg na Rcl 12.713/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 04/04/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. CRITÉRIO ESPECIFICADO NO TÍTULO EXEQUENDO. OFENSA À COISA JULGADA. OCORRÊNCIA.1. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.[...]4. Embargos declaratórios rejeitados.(EDcl no AgRg no Ag 1236776/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 04/04/2014, sem grifos no original)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. MAJORAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso. 2. Embargos de declaração rejeitados e considerando, pela segunda vez, o seu caráter protetatório, majora-se a multa aplicada nos embargos declaratórios anteriores, para 5% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao respectivo depósito. (STJ, 4ª T., EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 762769/RS, Relator(a) Ministra Maria Isabel Gallotti, Data do Julgamento 15/03/2012, Data da Publicação/Fonte DJe 23/03/2012, sem grifos no original)

Há, porém, que se atentar que o acórdão guerreado silencia quanto à alteração do termo inicial para incidência de juros moratórios, o que deve ser corrigido,



de ofício, por se tratar de matéria de ordem pública, a fim de se evitar qualquer dúvida na fase de cumprimento da decisão.

Conforme se observa dos autos, malgrado a fundamentação e a parte dispositiva do voto condutor constem que devem incidir sobre a reparação por danos morais, os juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, o acórdão não fez qualquer menção a esse respeito.

Dessa feita, cumpre seja suprido o descompasso existente entre a conclusão do voto e o contido no acórdão, de modo que passe a integrar neste a aludida alteração do termo *a quo* para a incidência dos juros moratórios.

Por tais fundamentos, **REJEITO** os presentes aclaratórios, e de ofício, repara-se o vício existente no acórdão, a fim de que passe a ter a seguinte redação: "Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 0316005-8, em que figura, como Apelante, FACHESF - FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL e, como Apelado, TEÓFANES RODRIGUES GALVÃO, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, e de ofício, fixar a incidência dos juros de mora de 1% a partir da citação.

É como voto.

Recife,

28-1 = 2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator